

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E SUSTENTABILIDADE¹ (percurso em Portugal)

Elizabeth de Melo Rico²

Resumo

O presente artigo faz parte da pesquisa de pós-doutorado que vem sendo realizada junto ao Centro de Estudos Sociais (CES), apresentando o resultado de reflexões sobre as questões históricas, políticas e econômicas que impulsionaram o movimento de responsabilidade social das empresas no mundo, o gradativo envolvimento do empresariado na questão social, na sustentabilidade do planeta que se apresentaram como possíveis soluções para equacionar e controlar o caos social, possibilitando a perpetuação do atual sistema político-econômico rearticulado sob novas bases a partir da crise internacional do capital. Os aportes teóricos aqui apresentados derivam da experiência da autora em projetos de responsabilidade social empresarial no Brasil voltados à compreensão das formas como a responsabilidade social vem sendo assumida pelas empresas portuguesas, o papel do empresariado, do Estado e de organizações da sociedade civil no que se refere à realização de projetos sociais empresariais em Portugal (também conhecidos como “boas práticas”).

Palavras-chave: responsabilidade social empresarial, sustentabilidade, gestão de projetos sociais empresariais.

Abstract

¹ Este artigo, na sua versão original foi apresentado ao I Fórum Nacional de Responsabilidade Social Empresarial, promovido pelo Centro de Estudos Sociais/ Lisboa, da Universidade de Coimbra e pelo SOCIUS (Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações-ISEG- Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, Portugal), entre os dias 4 e 5 de fevereiro de 2010. Para fins de publicação nesta Revista de Administração o mesmo foi alterado, mantendo, todavia, suas principais reflexões.

² Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, é professora assistente doutora na disciplina de Gestão Social em Programas e Projetos Sociais da PUC-SP. Atualmente está realizando o Pós Doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC), desenvolvendo o projeto de pesquisa “A Responsabilidade Social e o Estado: exigências para o Desenvolvimento Sustentável”, com financiamento da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Artigo recebido em Março e aceito em Maio de 2010.

This article is part of a post-doctoral research that is being conducted at the Centro de Estudos Sociais (Centre for Social Studies - CES), resulting from reflections on historical, political and economic circumstances that spurred the corporate movement for social responsibility in the world, the gradual involvement of business on social matters, sustainability of the planet that presented as possible solutions to consider and monitoring the social chaos, allowing the perpetuation of the current political-economic system under new rearticulated bases from the international crisis of capital. The theoretical framework presented here derive from the author's experience in corporate social responsibility projects in Brazil aimed at understanding the ways in which social responsibility is being taken over by portuguese companies, the role of entrepreneurs, the state and civil society organizations as the attainment of social enterprise projects in Portugal (also known as "good practice").

Keywords: corporate social responsibility, sustainability, social project management business.

Introdução

Recentemente, na Conferência de Copenhague (COP15)³, em dezembro de 2009, nossos olhares estavam dirigidos aos representantes políticos dos países presentes, na expectativa que seriam tomadas decisões que pudessem conter o aquecimento global, os níveis de exaustão do solo, o desmatamento predador, a ausência próxima de água potável, o desaparecimento de espécies animais e vegetais e os estragos da poluição despejados na natureza. Era esperado, embora com grande cautela, que os países industrializados⁴, liderados pelos Estados Unidos⁵ que alcançaram ao longo dos anos um patamar de desenvolvimento econômico e social, liderassem uma negociação, ao lado da China⁶ e dos chamados países emergentes (Índia⁷, Brasil, dentre outros) que ora vem

³ A COP15-15^a. Conferência das Partes da Convenção Marco das Nações Unidas sobre a Mudança Climática - realizada em Copenhague, Dinamarca, reuniu representantes de 192 países tendo por missão chegar a um acordo mundial para conter o ritmo do aquecimento global.

⁴ As atuais existências de gases de efeito estufa na atmosfera são resultado acumulado de emissões durante os últimos 200 anos, pelos quais os países industrializados são os principais responsáveis.

⁵ A posição dos Estados Unidos, mesmo agora sob a liderança de Barack Obama, era conhecida antecipadamente no sentido de que as propostas que vinham sendo apresentadas eram insuficientes no sentido de contenção das emissões de gases de efeito estufa, delegando a Europa e aos países pobres ou muito menos ricos, que estabelecessem esse controle.

⁶ A China está colocada à parte em relação aos países emergentes porque tem assumido posições individualistas uma vez que segue extraindo a maior parte de sua energia do carbono; uma outra questão é

buscando o desenvolvimento econômico e social, assumindo medidas urgentes com efetividade e justiça climática buscando controlar o desequilíbrio global.

Apesar da Convenção (COP15) reconhecer que cabe às nações do Norte desenvolvido a primeira responsabilidade quanto a medidas referentes ao aquecimento global não foi isso o que se observou ao final da Conferência do clima, que fracassou ao não formular um acordo para conter o aquecimento global e adiando as expectativas para 2010. Tudo que lá se fez serviu de pretexto para se prorrogar providências inadiáveis em defesa da vida das pessoas, da terra, da natureza e do meio ambiente. Além disso, o pacto diz claramente que os países do Sul devem primeiro trabalhar para erradicar a pobreza através do desenvolvimento econômico, e os ricos devem ajudá-los em seus esforços de mitigação dos efeitos tanto através de uma compensação financeira como com transferência de tecnologia. (LAL, 2009)

A respeito, a Coordenadora do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, coloca:

“O desafio que enfrentamos é de garantir à boa parte da população mundial, que até hoje está excluída do mercado de consumo, que tenham acessos a bens e serviços essenciais para uma vida digna. Mas, de fato, precisamos dessa revolução tecnológica que garanta que as alternativas não vão ser só para parte da população, que tem condições de pagar por carros mais eficientes ou por comida sem agrotóxico, temos que garantir que esses produtos e serviços “sustentáveis” cheguem para todas as pessoas que hoje não tem acesso a esse consumo. É uma revolução que precisamos fazer no padrão de consumo.”(GUNN, 2009)

Copenhague significava o encontro, a discussão, a negociação de medidas que pudessem colocar à humanidade a concepção e a construção de um novo tipo de sociedade baseada no respeito dos direitos humanos da grande maioria, fazer com que acreditássemos que outra lógica nas relações entre os países e suas comunidades, seria possível. Mesmo que

que embora tenha anunciado, antes da Conferência que se comprometia a reduzir em 40 a 45% até 2020 a sua intensidade carbônica, não se propunha a transformar suas promessas em metas obrigatórias.

⁷ A Índia vem se apresentando como um destacado ator do Grupo de 77 países que tem uma plataforma de negociação comum, fundamentada por um lado, que as reduções deveriam ser feitas pelos países do Norte desenvolvido e argumentando, por outro, que as suas emissões de gases por habitante estão abaixo da média mundial (1,9 tonelada), das 3,9 toneladas emitidas pela China e das 24.3 toneladas dos Estados Unidos.

pequeno, mas um passo significativo em direção a outro modo de ser nas relações entre os povos. Um passo em direção à sustentabilidade. E é disso que trata este artigo. Da sustentabilidade que incorpora o conceito de responsabilidade social não só das sociedades como um todo, mas e, principalmente das empresas que estão diretamente envolvidas nessa temática porque são atores igualmente responsáveis não só pelo desenvolvimento econômico alcançado pelas sociedades do Norte desenvolvido, mas também pelas trágicas conseqüências que esse modo de produção provocou. Além disso, as empresas são os principais atores econômicos que impulsionaram o desenvolvimento de muitas nações à custa da extração de reservas naturais, pela emissão de gases de efeito estufa, contribuindo para o aumento da poluição do planeta. Por outro lado (e não menos importante), são igualmente os agentes que no uso das mais variadas formas de tecnologias poderão inovar e renovar as formas de produção e prestação de serviços sustentáveis.

Como poderá se observar qualquer discussão de responsabilidade social empresarial passa necessariamente pela discussão de sustentabilidade. Portanto, torna-se praticamente impossível, nos dias de hoje, realizar uma reflexão sobre a responsabilidade social das empresas se não a situarmos nesse contexto.

A responsabilidade social empresarial emerge num momento de desenvolvimento do próprio capital, da sociedade de produção sob a égide do capitalismo. Com a derrocada de estado de bem estar social⁸ onde o Estado vinha suprindo benefícios ao trabalhador que lhe garantisse um padrão de qualidade de vida que atendesse as suas necessidades básicas, as empresas observam que para serem competitivas, para buscarem o alcance de

⁸ Entendemos que o Estado de Bem Estar Social (Welfare State) foi o modelo político-econômico adaptado para reconstrução da Europa após a 2ª Guerra Mundial – objetivava frear o avanço do socialismo com a proposição de um capitalismo que trouxesse progresso econômico e bem-estar social. Constituiu-se a partir de um Estado democrático para controlar as esferas públicas e privadas e garantir níveis mínimos de condições sociais. Nesse sentido, o excedente econômico seria capaz de atender necessidades relativas à seguridade social, estruturais e/ou emergentes da população, tais como: desemprego, acesso a serviços de saúde, de ensino, precariedade de moradia, dentre outras.

seu objetivo final, o lucro, não poderiam mais contar apenas com a qualidade⁹ do seu produto ou do serviço que prestavam. Era preciso mais do que isso. Além de seduzir o consumidor para que consumisse este e não aquele produto, a empresa precisou demonstrar que estava se importando com as vantagens que o consumo poderia acarretar ao indivíduo procurando eliminar gradativamente as desvantagens daquele produto ou serviço. Ou seja, esse algo mais, teve o nome de vantagem competitiva¹⁰.

Igualmente a vantagem competitiva foi se adequando ao processo de exigência do consumidor e das demandas que foram sendo colocadas pela sociedade nos fins do século XX e neste início de milênio. As doenças provocadas pela poluição dos carros movidos a gasolina, e pela emissão de gases das empresas que produzem esses mesmos carros (e aqui está um dos maiores problemas da sustentabilidade- a questão energética) até quando poderão ser suportadas pelos seres humanos mesmo à custa dos grandes avanços científicos? As empresas automobilísticas conhecem bem esse problema e a cada ano que passa divulgam a produção de carros com características que evitem gradativamente a emissão dos gases de efeito estufa, movidos, por exemplo, a energia elétrica. Todavia, sabemos de antemão que a substituição do petróleo como energia consumida não só pelos veículos automotores implicaria numa redução drástica da oferta desse combustível pelos países produtores, o que sem dúvida não é uma atitude a ser esperada. Além disso, um carro que utilize energia elétrica é muito caro para o bolso do consumidor e acrescenta-se, muito menos atrativo. Mesmo o álcool, outro combustível que chegou a ser muito utilizado no Brasil, hoje possui praticamente o mesmo preço que o do litro da gasolina.

⁹ A questão da qualidade do produto e dos serviços prestados pelas empresas foi uma estratégia adotada derivada da mudança na forma de gestão do negócio da empresa. Na década dos anos de 1980, surgem vários “gurus” que discutem formas de aperfeiçoamento dos produtos e posteriormente dos serviços. Esse movimento, relativo à alteração na forma de gestão das empresas, que teve sua origem no Japão denominou-se Qualidade Total e/ou Excelência Organizacional, acompanhado de outros movimentos tais como o Kaban e o Just in Time. Derivadas desse movimento surgiram normas de certificação de qualidade de produtos e serviços, as conhecidas ISO.

¹⁰ Vantagem competitiva é um termo derivado do movimento sobre a Qualidade Total e/ou Excelência Organizacional que significa o diferencial que um produto deve possuir em relação a outro para que se torne competitivo no mercado, ou seja, que apresente variáveis, aspectos mais interessantes (que não só o preço) que levem o consumidor a preferi-lo em detrimento de outro.

Adequar-se às demandas de um consumidor que está cada vez mais bem informado sobre os danos que o aquecimento global vem acarretando à população é igualmente um fator relativo. A sociedade civil, embora tenha avançado nos últimos anos seu nível de organização não tem conseguido exigir do Estado, das empresas e por que não dizer de si mesma uma atitude de maior responsabilidade no que se refere a medidas que possam garantir sua qualidade de vida. Muito embora em relação à COP15 presenciamos ao longo de 2009 o crescimento de um processo de articulação e mobilização social em todo o planeta. Milhares de abaixo-assinados percorreram o mundo inteiro exigindo medidas urgentes aos chefes de estado e diplomatas. 100 000 pessoas marcharam no dia 12 de dezembro em Copenhague. Todavia, temos muito que percorrer.

Paralelamente, é preciso assinalar que estamos chegando ao limite no nosso modo de vida e nos nossos métodos de gestão econômica e financeira. Estamos imersos em várias crises, incluindo uma ampla crise social. Poderemos aqui exemplificar com as desigualdades econômico-sociais presentes em países desenvolvidos, como é o caso de Portugal e nos países emergentes como é o caso do Brasil. Em Portugal segundo PEREIRA (2010) há 15 anos a taxa de risco de pobreza era de 23%. “A evolução permite fazer uma leitura de gradual diminuição, constatando-se uma convergência para o nível de pobreza comunitário”. (PEREIRA, 2010. P. 16). Em 2008, último ano para o qual existe estatística, a taxa de pobreza estava em 18% - um ponto acima da União Européia¹¹. No Brasil, entre 2004 e 2008, a pobreza extrema, aquela das pessoas que recebem até 25% de um salário mínimo por mês (no Brasil o salário mínimo está em torno de R\$ 450,00), diminuiu 1,8%, e a absoluta, de pessoas que ganham até metade de um salário mínimo, 3,1%. Mesmo assim, a desigualdade econômica permanece alta e sem grandes perspectivas de redução. A projeção do índice Gini (quanto mais próximo de

¹¹ Apesar do índice de redução da pobreza, houve aumento do desemprego em Portugal desde janeiro de 2009. O Estado português gastou 465 milhões de euros a mais do que o previsto no orçamento de 2009, para essa finalidade. Todavia, em relação aos pensionistas, que representam 60% das despesas de Segurança Social o Estado diminuiu o gasto previsto (de 6,3% para 4,8%). O mesmo ocorreu com as despesas para a Ação Social, que estavam previstas para 10,4% em relação a 2008 e foram reduzidas para 7,2%.

zero, menor é a desigualdade de renda num país e quanto mais próximo de 1 maior é a concentração de renda) é de 0,488. (ALFONSIN, 2010)

Estamos, portanto, referindo-nos às condições sociais de vida humana. Ou melhor, à questão social que acabou sendo um dos motivos que também desencadeou o processo de responsabilidade social das empresas. Importar-se com as precárias condições de qualidade de vida e/ou com as condições de pobreza de uma população que vive nas comunidades locais onde milhares de empresas estão instaladas. Essa questão que não deixa de estar absolutamente vinculada com as questões de sustentabilidade fazem parte das reflexões colocadas na segunda parte deste artigo.

Será a partir dessa contextualização que estaremos discutindo o movimento de Responsabilidade Social Empresarial.

A Empresa Socialmente Responsável

O paradigma no qual estão assentados os conceitos aqui colocados é a de que a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) representa um estágio de gestão empresarial, um novo paradigma de pensar estratégias, processos, políticas, o que envolve uma relação socialmente responsável das empresas em todas as suas ações o que implica criar condições para que potencializem seus impactos positivos e tornem-se agentes inovadoras e parceiras na construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Supõe uma atitude de ouvir os interesses dos diversos públicos com os quais se relaciona os “stakeholders” (funcionários, acionistas, consumidores, prestadores de serviços, fornecedores, comunidade, governo e meio ambiente). Essa forma de gestão empresarial integra conceitos e valores no campo da ética que devem ser os norteadores dos negócios que a empresa realiza, apresentando coerência entre o seu discurso e a sua ação na relação com os públicos envolvidos no seu negócio, “stakeholders”. Ter por meta o Desenvolvimento Sustentável (a Sustentabilidade) significa uma nova abordagem na criação dos negócios o que implica em novas formas de gestão empresarial buscando o equilíbrio entre as dimensões ambiental, social e econômica e a capacidade de satisfazer

as necessidades atuais da humanidade respeitando a diversidade cultural, conservando a integridade do planeta sem comprometer a sobrevivência das gerações futuras.

O Instituto ETHOS¹² conceitua a Responsabilidade Social Empresarial como “a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais”. (INSTITUTO ETHOS, 2009)

BARRETO (2003) elucida três fatores que têm levado as empresas a assumirem responsabilidades que, até então, eram da esfera exclusiva do Estado. Em primeiro lugar, o excesso de oferta e a concentração dos meios de produção em todos os segmentos dos negócios, desafiando a sobrevivência das empresas; em segundo lugar, a incapacidade do poder público para atender às demandas sociais e em terceiro lugar, o aumento da pressão e de mobilizações da sociedade pela solução dos problemas sociais, como as ações comunitárias, os movimentos pela preservação de recursos naturais e os movimentos em defesa da igualdade econômica e social, como é o caso do Fórum Social Mundial (o último foi realizado no Brasil em Fevereiro de 2010) e mais recentemente, como mencionamos na Introdução deste artigo, da Conferência de Copenhague-COP15.

Ainda,

“Diante desse quadro, elas (empresas) buscam, na área social e ambiental, estratégias para construir uma imagem institucional

¹²O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização sem fins lucrativos, caracterizada como Oscip (organização da sociedade civil de interesse público). Sua missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável. Criado em 1998 por um grupo de empresários e executivos oriundos da iniciativa privada, o Instituto Ethos é um polo de organização de conhecimento, troca de experiências e desenvolvimento de ferramentas para auxiliar as empresas a analisar suas práticas de gestão e aprofundar seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. É também uma referência internacional nesses assuntos, desenvolvendo projetos em parceria com diversas entidades no mundo todo. O Instituto ETHOS possui um grande destaque entre segmentos da sociedade civil, do empresariado e mesmo de instituições acadêmicas, por ter sido o 1º. Instituto a se aproximar da Academia buscando trocas, parcerias que envolvessem o corpo docente e discente na discussão de tão emblemática temática.

diferenciada, alinhada a valores identificados com a cultura de seus mercados, tentando posicionar os seus produtos na preferência de seus consumidores". (BARRETO, 2003: 34)

Poderemos compreender e situar melhor a gênese da Responsabilidade Social Empresarial a partir do desenvolvimento do capitalismo na esfera mundial.

Segundo RICO (2008), a partir da década dos anos de 1970 com a falência do Welfare State, a crise do petróleo, o clímax da alta inflacionária, a estagnação das relações de mercado e o baixo crescimento econômico forjaram o surgimento de uma nova cultura e de ações políticas de inspiração neoliberal no mundo do trabalho. Em decorrência ocorre um processo de flexibilização não somente referente às estratégias de produção e racionalização através de novas tecnologias, processos de trabalho, estoques, tempo de giro do capital, produtos, padrões de consumo, como também referente às condições de trabalho, aos direitos e os compromissos do Estado em relação à classe trabalhadora.

Segundo RODRIGUES (2006) nesse novo cenário, o mercado de trabalho é atingido, rompendo-se o relativo e tenso equilíbrio anterior entre capital, trabalho e Estado dimensionando uma crise sem precedentes no mundo do trabalho. A década dos anos de 1980 caracteriza-se por uma intensa reestruturação econômica e produtiva da economia mundial, sob o comando dos países avançados economicamente e a modernização amplia os ganhos de produtividade e proporciona o surgimento de um novo padrão tecnológico.

Portanto ao mencionar que o movimento de responsabilidade social surge a partir de uma fase do desenvolvimento do capitalismo, significa traduzi-lo como uma resposta que as empresas foram dando às mazelas sociais. As empresas percebem que o importar-se com o meio social onde vive o seu consumidor é um importante fator de agregar valor ao produto (o que é um aspecto inerente do modo capitalista na obtenção do lucro). Em várias pesquisas realizadas nos últimos anos tendo por objetivo mensurar os motivos que levam o consumidor a preferir um determinado produto observou-se uma clara tendência pela compra de um artigo relacionado a uma empresa que possua um projeto social, uma

“boa prática” que realize algum tipo de melhoria à população local e/ou mesmo mundial (desde que essa prática tenha referências próximas à população, como é o caso dos problemas ambientais, da erradicação da pobreza, do analfabetismo, erradicação do trabalho infantil, dentre outras) do que adquirir um produto de uma empresa que não realize esse tipo de ação.

Assumir projetos sociais, ou como se diz em Portugal, “boas práticas” passa a ser um imperativo para as empresas que não querem perder sua fatia no mercado. Ainda, incorporar projetos sociais na sua prática de gestão de negócios torna a empresa uma instituição reconhecida socialmente. Num mundo em que as injustiças sociais estão ainda a merecer o devido enfrentamento por parte das autoridades políticas e mesmo da sociedade civil, o empresariado que incorpora à sua gestão de negócios a dimensão social torna-se alguém que deve ser respeitado socialmente. Mesmo que os seus projetos sociais muitas vezes não tenham continuidade e seja apenas uma mera jogada de marketing. Muitos empresários ainda estão apostando nisso. Na sua imagem a qualquer custo. Numa jogada de marketing. E outros que ainda não se deram conta que a vantagem competitiva do projeto social é sua mais valia.

SEABRA (2008) comenta que Milton Friedman, economista americano da Escola de Chicago, um dos maiores expoentes das correntes neoliberais, escreveu na década dos anos de 1970, que a Responsabilidade Social Empresarial seria a utilização dos recursos da empresa, tendo por respeito às regras de mercado para defender e aumentar os lucros dos proprietários e/ou acionistas. E acrescenta que é uma responsabilidade social do negócio, o que possibilita a empresa ser socialmente responsável.

Nas entrevistas realizadas¹³ para o nosso projeto Pós Doutoral do CES um dos nossos entrevistados, GR. (RSO_Consultores de Responsabilidade Social), tece comentários

¹³ O nosso projeto de pós doutoramento junto ao CES implicou que realizássemos entrevistas junto às mais representativas Associações Empresariais portuguesas (BCSD Portugal, GRACE e RSO_CONSULTORES de Responsabilidade Social), às duas maiores Centrais Sindicais em Portugal, a CGTP-IN e a UGT, e junto

sobre o que mencionamos acima acerca do engajamento do empresariado nas questões de responsabilidade social, ao referir-se ao caso das pequenas e médias empresas portuguesas na União Européia.

“Há um estudo realizado nas PME européias, no início desta década, que diz que em relação à responsabilidade social, as empresas estão divididas em dois grupos: há um grupo que acredita que vale a pena investir em RSE e outro que não vale à pena e não está nem aí e que essa questão não lhes pertence. Continua a existir um grupo que caminha na linha de Milton Friedman, no sentido de que "Business is Business", que o objetivo das empresas deve ser a riqueza para os acionistas e é isso o que elas têm que fazer; o que não significa que elas para atender esse objetivo não optem por fazer responsabilidade social, mas esta finalidade acaba sendo secundária. Hoje acredito que o número de empresas que está sendo sensibilizada para essa matéria tenha aumentado”.

SEABRA acrescenta que a Responsabilidade Social vai para além da empresa cumprir as exigências mínimas da lei. Suas obrigações sociais vão para além do cumprimento das normas legais, o que significa que devem contribuir para o reforço da sua reputação, mantendo a fidelização aos clientes, portanto potenciando a criação de valor para a sociedade como um todo; muito embora hoje, a maioria das empresas que se autodenominam socialmente responsáveis entenda que basta para isso o simples cumprimento das leis.

Na entrevista realizada na UGT, CA. realizou a seguinte reflexão sobre as práticas consideradas responsáveis socialmente:

“Temos que separar, sobretudo, duas coisas em relação às empresas que falam em responsabilidade social: Uma coisa é uma boa prática, outra coisa é responsabilidade social e uma política de desenvolvimento sustentável. Mas as empresas, muitas vezes, continuam a desenvolver iniciativas pontuais, que constituem boas práticas, mas continuam a ser pontuais, isoladas. E para que haja uma política de desenvolvimento sustentável das empresas é necessário que elas desenvolvam determinados mecanismos de aperfeiçoamento contínuo, gestão na área de qualidade... outras vezes superando a incapacidade

à maior ONGA ambientalista, a QUERCUS. Neste artigo omitiremos os nomes dos entrevistados. As entrevistas ocorreram entre julho e setembro de 2009.

organizacional que os nossos empresários manifestam... é preciso dar um passo qualitativo no sentido dessas práticas isoladas transformarem-se numa política continuada e sustentada por parte da própria empresa”.

Os comentários acima vão delineando uma postura do empresariado português (incluímos aqui os representantes de empresas públicas, estatais, privadas nacionais e multinacionais), até o presente momento, quanto à inserção na sua gestão de negócios sobre as “boas práticas” de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), o que deve envolver toda a administração da empresa, considerando a sua cúpula dirigente, os seus funcionários, os seus fornecedores, os consumidores, os acionistas e a comunidade que está no seu entorno e/ou que participa dos impactos dos seus negócios. A sua preocupação, em termos de gestão de negócios está mais dirigida ao que irá lhe proporcionar um efeito imediato, em termos de imagem junto ao público e com isso a empresa estará garantindo sua lucratividade. Para quem investe em RSE (sem contar as empresas que não estão preocupadas com essa questão), a preocupação com a divulgação da marca, com o marketing é muito maior do que manter e dar continuidade a uma “boa prática”.

Conforme aponta um dos nossos entrevistados para a pesquisa Pós Doutoral, as empresas chegam a divulgar uma imagem de Responsabilidade Social Empresarial, via meios de comunicação e marketing, mostrando-se socialmente responsáveis quando efetivamente sequer cumprem os quesitos mínimos nas normas amplamente difundidas do que vem a ser a RSE.

Segundo JC. da UGT, não é o cumprimento, inclusive, das normas que garante a uma empresa ser socialmente responsável.

“A Responsabilidade Social e sustentável não deve ser olhada do ponto de vista dos “flashes”, do marketing... que este projeto foi financiado pelo não sei o que, que o teatro São Carlos foi pago pelo Millennium/BCP... Uma empresa é responsável socialmente se no quadro dos seus empregados não houver trabalho precário, por exemplo... A dignidade de uma empresa tem a ver, do ponto de vista da responsabilidade, com o meio social onde está inserida, o tipo de

formação que dá aos seus trabalhadores, se está aqui (em Portugal) só de passagem ou se de fato vai estar aqui, o que exige uma adaptação continuada da sua própria estrutura para se manter no mercado... Essa aposta pela responsabilidade social é de fato uma responsabilidade social, quer seja pelas famílias dos empregados e outras questões... Será que é legítimo defendermos uma empresa ambientalmente sustentável aqui (em Portugal) quando ela manda sua escória para países subdesenvolvidos? Será que podemos atribuir um certificado para essa empresa?"

Entendemos que aqui se coloca a grande contradição da empresa socialmente responsável, uma vez que, em qualquer projeto social que promova o mesmo estará sempre atrelado ao objetivo da perpetuação do lucro, do negócio.

Uma das conseqüências de um projeto social, bem sucedido é o seu reconhecimento institucional, comunitário e social, em outras palavras, a construção de uma imagem positiva por meio de um investimento que contribuiu diretamente para a melhoria da vida comunitária, provocando impactos positivos. O que estamos aqui reforçando é que um projeto social envolve uma articulação com a missão de uma empresa, com os seus pressupostos ético-políticos, com a forma como se relaciona com o seu empregado, dentre outras questões. Portanto, o que coloca o entrevistado da UGT faz todo o sentido. Como considerar uma empresa responsável socialmente se ela não possui uma postura de respeito às condições de trabalho dos seus funcionários?

O nosso entrevistado LR. (BCSD), também afirma:

“As empresas devem ser despertadas pelo tema (RSE) e aí nós (BCSD) temos um papel a desempenhar. Sem dúvida há uma tentação das empresas obterem benefícios com as práticas de responsabilidade social sem passar pela parte mais trabalhosa (o que significa o seu real engajamento na implementação dessas práticas). Nós (BCSD) alertamos para o risco de não se permanecer nas ações de curto prazo, muito embora tenham práticas de curto prazo, a eco eficiência, por exemplo, que é o tipo de resultado que a empresa pode obter na sua conta de energia. Mas, nós temos que alertar para o risco do que são as boas práticas e os investimentos de longo prazo que tem a ver com a gestão de risco, da reputação, da tendência dos grandes mercados. Além disso, evitar que a discussão fique fechada num grupo de especialistas, envolvendo a empresa como um todo. Há também a tendência de se fazer um relatório de sustentabilidade muito bonito,

mas depois no dia a dia se esquecer do que foi dito e do que foi feito, enfim da importância de se manter alinhado nessa situação.”

Algumas questões históricas a respeito do desenvolvimento económico e político de Portugal são aqui resumidamente destacadas uma vez que nos permitem melhor compreender a emergência do movimento de Responsabilidade Social Empresarial.

Entendemos que em Portugal o movimento de Responsabilidade Social Empresarial é relativamente recente uma vez que o maior impulso do seu processo de industrialização e modernização teve suas peculiaridades, dentre as quais destacamos o processo de abertura económica e política ocorrida a partir da revolução de 1974. Segundo MAXWELL (2006) deste movimento resultou uma nova rearticulação de grupos económicos anteriormente chefiados por um grupo de cartéis familiares. Outro fator que impôs ao empresariado assumir uma nova postura diante dos negócios foi a integração de Portugal à União Europeia que apesar de ter aberto ao país a infusão de capital estrangeiro e a concorrência por novos meios de acesso ao mercado e à mídia, também exigiu que o empresariado se modernizasse ao ritmo de outros países da Europa, tornando-se, portanto mais competitivo. Acresce-se a isso o papel que o Estado Português vem assumindo, pós revolução de 1974, um modelo de seguridade social que inclui o provimento às necessidades básicas do cidadão (saúde, educação, moradia, aposentadoria, seguro-saúde, seguro-desemprego, dentre as principais). Nesse sentido é possível explicar porque o mesmo não possui interesse no financiamento de projetos sociais da iniciativa privada. Este aspecto foi muito mencionado pelos nossos entrevistados representantes de Associações Empresariais, demonstrando que o Estado não tem interesse em financiar ou ser parceiro de projetos sociais empresariais promovidos pela iniciativa privada e mesmo no que se refere a projetos relativos ao meio ambiente. Igualmente a Diretora da QUERCUS, a maior ONG ambientalista em Portugal mencionou que o Estado não se interessa por participar em projetos sociais promovidos por organizações não-governamentais. Neste particular temos a acrescentar que há um distanciamento do Estado em relação às questões de sustentabilidade, o que nos parece uma postura

indiferente diante dos problemas que envolvem diretamente as condições de vida do cidadão.

Acrescentem-se alguns outros motivos. Há em Portugal uma concentração de pequenas e medias empresas em relação às grandes empresas sendo que estas últimas, historicamente foram pioneiras na implantação de projetos de Responsabilidade Social Empresarial.

Nesse sentido, SANTOS (2006), reforça na Introdução do livro que trata da Responsabilidade Social nas PME (Pequenas e Médias Empresas) em Portugal, o fato histórico de que o movimento de Responsabilidade Social Empresarial esteve sempre associado às empresas de grande porte e mais especificamente as de origem multinacional, uma vez que as mesmas sempre dispuseram de um número maior de recursos para implementar suas práticas de responsabilidade social. Acentua também que possuem maior capacidade em utilizar os *media*, obtendo assim uma maior visibilidade das ações desencadeadas.

“A produção de relatórios de sustentabilidade, a divulgação de boas práticas, o marketing de causas, são alguns dos meios utilizados para transmitir uma mensagem de maior responsabilidade e de exercício de uma cidadania activa”.
(SANTOS, 2006:16)

GR. acrescenta que as motivações do surgimento da RSE em Portugal, foram um processo muito mais de importação de conceitos do que uma necessidade que emergiu sentida pelas empresas portuguesas.

“As motivações para o surgimento da RSE em Portugal foram decorrentes de um processo de importação de conceitos, e não surgiram de necessidades que foram sentidas na realidade portuguesa. A GRACE¹⁴ (Grupo de Reflexão e Apoio a Cidadania Empresarial)

¹⁴ A Associação GRACE foi formada em Fevereiro de 2000 por um conjunto de empresas, majoritariamente multinacionais, que tinham como denominador comum o interesse em aprofundar o papel do sector empresarial no desenvolvimento social. A GRACE foi pioneira enquanto primeira associação portuguesa, sem fins lucrativos dedicada à problemática da Responsabilidade Social das Empresas. O seu principal objectivo é o fomento da participação das empresas nos respectivos contextos sociais em que se inserem.

aparece com o impulso da Fundação Luso-Americana e integra desde o seu início, em sua maioria, empresas multinacionais. Quem são os fundadores da GRACE? Quem está no manual dos Primeiros Passos da GRACE? Empresas Multinacionais... Depois temos a fundação do BCSD Portugal¹⁵ (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável), que é um braço do WBCSD (World Business Council for Sustainable Development), que possui sede na Suíça, e que surgiu porque três líderes empresariais portugueses que eram membros internacionais do WBCSD quiseram abrir uma filial em Portugal... Ainda, temos a RSE-Portugal (Responsabilidade Social Empresarial em Portugal) que é um representante local do CESE-Europe Comitê Económico e Social Europeu) que possui sua sede em Bruxelas, que igualmente surge para difundir temas da Responsabilidade Social em Portugal. Portanto é nesse sentido que me refiro que as motivações foram importadas, os conceitos surgiram a partir de outras realidades, que não a local”.

Como mencionamos na Introdução deste artigo qualquer reflexão que se faça sobre a Responsabilidade Social Empresarial deverá passar necessariamente pelas discussões em torno da sustentabilidade. Desta forma, iremos retomar a concepção de sustentabilidade que incorporamos ao discutir a Responsabilidade Social das Empresas.

A Sustentabilidade como meta

A questão da discussão de paradigmas sobre o que é desenvolvimento sustentável é ainda um caminho a ser esclarecido, superando a noção de que o mesmo significa satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de

Maria da Conceição Zagalo é membro fundador do GRACE – sendo a actual Presidente da Direcção. É, igualmente, membro fundador e faz parte da Direcção e do Conselho de Orientação Estratégica da RSE Portugal – representante em Portugal da CSR Europe. (retirado do site www.grace.pt).

¹⁵ O **BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável** é uma associação sem fins lucrativos, criada em Outubro de 2001 pela iniciativa das empresas Sonae, CIMPOR e Soporcel, associadas ao WBCSD – *World Business Council for Sustainable Development*, em conjunto com mais 33 empresas de primeira linha da economia nacional, com a missão de transpor para o plano nacional os princípios orientadores do WBCSD. A missão principal do BCSD Portugal é fazer que a liderança empresarial seja catalisadora de uma mudança rumo ao Desenvolvimento Sustentável e promover nas empresas a eco-eficiência, a inovação e a responsabilidade social. O BCSD Portugal é, desde a sua criação, membro da rede regional do WBCSD e conta actualmente com 115 membros. (informações obtidas na entrevista realizada com o Secretário-Geral do BCSD Portugal e no site www.bcsdportugal.org).

satisfazer as próprias necessidades. (embora tenha sido esta, historicamente, uma conquista internacional de encontros da ONU).

O conceito de Sustentabilidade tornou-se um tema de grande destaque promovendo discussões a respeito da qualidade de vida do ser humano, principalmente a partir da constatação de que o aquecimento global vem se acelerando motivado especialmente pela queima descontrolada de combustíveis fósseis. Segundo o relatório do **IPCC**¹⁶ (sigla em inglês) que significa Painel Intergovernamental da ONU sobre Mudança Climática, apresentado na Conferência do Clima em Copenhague (COP15) “o crescimento do produto interno bruto per capita e o da população foram os principais determinantes do aumento das emissões globais durante as últimas três décadas do século XX” (FRANÇA, 16 de dezembro de 2009, p.139). Outro relatório divulgado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) demonstra que não tem se dado a devida atenção para o efeito do aumento da população no debate sobre o aquecimento: “Os gases de efeito estufa não estariam se acumulando de modo tão perigoso se o número de habitantes da terra não aumentasse tão rapidamente, mas permanecesse em 300 milhões de pessoas, a população mundial de 1000 anos atrás” (FRANÇA, 16 de dezembro de 2009, p.139).

A poluição promovida pelo homem na forma de gases estufa (dióxido de carbono, metano, hidrofluorcarbonos, perfluorcarbonos e hexafluoreto de enxofre) tem um efeito calamitoso no aquecimento global. São suas expressões o derretimento das geleiras, a diminuição da calota polar do Oceano Glacial Ártico, as variações na radiação solar, as grandes erupções vulcânicas e evidentemente as alterações nas mudanças climáticas.

Para BRANCO e MARTINS (2007), o conceito de sustentabilidade envolve o respeito ao estoque de determinado bem, onde é permitido consumir no máximo a quantidade reproduzida em determinado período de tempo; para isso será preciso manter intacto seu estoque, ou seja, o consumo desequilibrado diminui o estoque que estará armazenado em um próximo período, e a persistência inadequada no consumo acarretará a diminuição progressiva do estoque, que acabará destruindo o sistema. O Desenvolvimento

¹⁶ O IPCC foi criado em 1988 pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), sendo considerado a mais alta autoridade científica sobre aquecimento global.

Sustentável é uma evolução de práticas à perpetuidade da espécie humana que padece de condições favoráveis de sobrevivência, sendo necessário respeitar os limites do meio ambiente natural.

Ernst Ligteringen, CEO da GRI, afirma:

“Se analisarmos os fatos, veremos que necessitamos de um planeta e meio para sustentar o nosso modo de vida na Terra, que inclui produção, geração de energia, transporte, consumo, entre outros aspectos. Nós ultrapassamos os pontos críticos no uso de recursos naturais na metade dos anos 80. E se continuarmos nesse ritmo, vamos precisar de mais planetas para nos sustentar. E nós não os temos. Boa parte da população mundial precisa melhorar sua condição de vida, porque vive em extrema pobreza. Temos, portanto, de pensar em como compartilhar este mundo, para que haja vida descente para todos e também para as futuras gerações. “É disto que trata o conceito de sustentabilidade” (LIGTERINGEN, 26/04/07)

A política de Desenvolvimento Sustentável (CURI, 2000) é considerada como condição essencial para que uma Empresa se torne socialmente responsável. É necessário que as organizações se articulem em priorizar o estudo de novas tecnologias socioambientais para contribuir para o desenvolvimento de um país mais responsável pelas suas atitudes econômicas, sociais e ambientais, criando estratégias para minimizar os conflitos sociais e impactos causados pelo desequilíbrio ambiental.

De acordo com Roberto Smeraldi, diretor da organização Amigos da Terra¹⁷, a questão da sustentabilidade, hoje, é essencial para se planejar um negócio. Discorda da noção corrente de que para fazer um negócio sustentável deve se “pagar um preço”. Entende que essa lógica deve ser revertida.

“Não é só uma questão de custo, é uma questão de ver custo versus receita, custo versus perspectiva de lucro... Não é só uma questão de olhar para a planilha de custos e olhar para o negócio como um todo... É preciso pensar numa dimensão estratégica que envolve toda a

¹⁷ A Amigos da Terra é uma organização não governamental, fundada no Brasil há 20 anos, que vem contribuindo para a elaboração de políticas públicas, para o empresariado, para a comunidade ambientalista e para a sociedade de modo geral. Têm pautado temas tais como: a questão de ilegalidade e legalidade do uso da madeira; a questão do fogo, com as soluções municipais - a idéia de negociação com multatores, com stakeholders - mediante a realização de protocolos municipais nos anos 1990, quando ocorreu a primeira tentativa de juntar o índio, o trabalhador rural, o fazendeiro, o prefeito e ter uma agenda comum; a certificação florestal; a certificação agrícola dentre outros.

sociedade em cima das coisas de grande porte... É uma tecnologia que envolve cadeias, investimentos em cima de uma mudança de prioridades.”(SMERALDI, 14, 10, 2009)

O Sr. Carvalho da Silva, Dirigente Nacional da CGTP-IN, ao ser entrevistado destacou a necessidade de se discutir questões de inclusão social e de igualdade, quando nos referimos à responsabilidade social e sustentável.

“No desenvolvimento da sociedade portuguesa há aspectos comuns à situação internacional, mas que em Portugal precisam ser tratados com profundidade. Não haverá saídas para a crise se não houver políticas novas para a juventude. É preciso que se crie emprego e emprego com mais qualidade e mais valorizado à juventude. Ou seja, ou se cria uma inserção da juventude na sociedade ou as respostas à crise são falsas, são passageiras, não são estratégicas; por outro lado a sociedade portuguesa está muito desigual e o tema da igualdade tem que estar na primeira linha de discussão. Refiro-me à igualdade no trabalho, entre homens e mulheres, a igualdade de trabalho entre os trabalhadores com vínculo estável e os com vínculo precário, aos trabalhadores independentemente de sua origem e raça, de serem estrangeiros ou serem portugueses, incluindo-se, sem dúvida os imigrantes”.

O dirigente nacional da CGTP-IN alerta para o perigo de não darmos a devida importância, na discussão de sustentabilidade às questões referentes à inclusão social e de igualdade que a nosso ver são prioritárias para o Estado e sem dúvida alguma para o empresariado que vem assumindo a postura da responsabilidade social. Ainda retomando o que já colocávamos no início deste artigo, na COP15 estava muito claro para os representantes das várias nações que o pacto da Convenção sobre o clima coloca “claramente que os países do Sul devem primeiro trabalhar para erradicar a pobreza através do desenvolvimento econômico, e os ricos devem ajudá-los em seus esforços de mitigação dos efeitos, tanto através de uma compensação financeira como com transferência de tecnologia”.

Maria do Rosário Partidário (BIO RUMO, 2009), Professora Associada do Instituto Superior Técnico, introduz uma discussão sobre a ambigüidade do conceito de sustentabilidade. E utiliza como exemplo as várias interpretações que foram e vem sendo dadas pela atual crise econômica e lança a questão:

“Será que o discurso de desenvolvimento sustentável das últimas décadas falhou e, por isso estamos nessa situação de desequilíbrio econômico, social e ambiental? Ou será um problema de cultura de sustentabilidade?”(PARTIDÁRIO, BIO RUMO, 2009:10)

Esclarece que a atual crise do modelo econômico-financeiro (setembro/2008) foi atribuída por vários especialistas não apenas ao *sub-prime*, mas a um comportamento consumista que atingiu níveis extraordinários de 106% da produção, resultante de uma valorização dos ativos virtual. A consequência foi a criação de uma bolha econômica que arrebentou fazendo cair abruptamente o valor dos ativos. Referindo-se a Steven Pearlstein, jornalista Pulitzer 2008, coloca que estão equivocados aqueles que pensavam que bastava resolver o problema do sistema financeiro uma vez que seria necessário resolver o problema da sobre oferta. Ainda menciona nessa lógica aqueles que entendiam da necessidade de valorização das ações das empresas. Mas o que devemos destacar foi que nesse momento o Estado deixou de ser mínimo¹⁸, no sentido de que foi o principal agente ao qual os grandes bancos internacionais recorreram e foram atendidos.

Demonstrando que os paradigmas de explicação da crise estrutural são variados ainda menciona Galbraith, o Clube de Roma, a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento que vinham alertando há muito tempo sobre a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento industrial e pós-industrial.

“A pobreza, a crise energética, a contaminação biológica e química, a escassez da água, a perda dos serviços dos ecossistemas, a insatisfação social e o terrorismo são infelizmente alguns dos factos, demonstráveis, que traduzem a escalada de crises que não soubemos evitar, apesar dos extraordinários avanços tecnológicos e de conhecimento”.
(PARTIDÁRIO, BIO RUMO, 2009:10)

Ainda tecendo considerações sobre paradigmas referentes ao modo de vida dos povos PUREZA (1993e 2001) e PEIXOTO (2002) desenvolvem reflexões acerca do que vem a ser o patrimônio comum da humanidade, que pode ser compreendido como o alcance a

¹⁸ Estado Mínimo é uma denominação oriunda do neoliberalismo em oposição ao Estado de Bem Estar Social-Welfare State; significa que o Estado deixa de assumir suas políticas públicas e sociais gradativamente e as vai repassando para a iniciativa privada seja em parceria ou destinando um financiamento público para esse fim; a consequência imediata é que em especial os países mais pobres passam a não ter recursos mínimos para as suas necessidades sociais básicas, agravando as desigualdades.

um estágio de bem estar pessoal e coletivo das populações através de uma nova configuração de sociedade, das relações internacionais e de uma nova forma de equacionar a experiência humana. Esse paradigma assenta-se no reencontro, no reconhecimento e no respeito às subjetividades, através do confronto de identidade mediante a idéia que o planeta nos pertence e que é esse sentimento de pertencimento e dependência mútuo entre subjetividades que se constitui a base de novas experiências hegemônicas cuja lógica de funcionamento é de natureza solidária, comunitária e contra-hegemônica.

A Responsabilidade Social Empresarial, de acordo com as suas expressões mais alargadas assenta-se no princípio dos direitos e deveres do cidadão, ou seja, na concepção de que o ser cidadão supõe o acesso aos direitos civis, políticos e sociais e na capacidade do sujeito tomar decisões de forma livre; o que nos remete a colocar em discussão os objetivos das empresas ao adotarem esse tipo de ideário. Há uma contradição intrínseca entre o ser socialmente responsável e o garantir lucro para o negócio. Não se pode negar que pelos motivos que apontamos até o momento neste artigo as práticas de responsabilidade social empresarial tem evoluído no sistema capitalista. Este é um fato que a nosso ver não é desprezível uma vez que coloca outro fator na atitude das empresas que como temos afirmado até o momento são os agentes privilegiados, que no uso das mais variadas formas de tecnologias poderão inovar e renovar as formas de produção e prestação de serviços sustentáveis.

Mas, possivelmente esse aspecto dependerá de outras formas de organização social e econômica, as quais não foram objeto deste artigo.

Referências

ALFONSIN, J. T. *O FSM 2010 frente aos dados oficiais sobre nossa realidade econômica*. Notícias. In www.mercadoetico.terra.com.br. Acesso em 11-1-2010.

BARRETO, C. E. F. *Responsabilidade Social das Empresas: um estudo de caso*. Tese (Doutorado). Estudos de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, São Paulo, 2003.

BIO RUMO. *Confiança Sustentável. Crise- A Afirmação da Sustentabilidade como Caminho para a Solução dos Obstáculos do Séc. XXI*. Anuário de Sustentabilidade 2009. Parceria com a BCSD- Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. Porto, Portugal, 2009.

BRANCO, A. M. e MARTINS, M. H. B. *Desenvolvimento Sustentável na Gestão de Serviços Públicos: Responsabilidade Socioambiental e Informe Social*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CURI, F. C. *O Capital como motor do Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Saraiva, 2000.

FRANÇA, R. *Fome de Ar, Água e Comida. Aquecimento Global e Superpopulação*. In Especial. Revista Veja. Edição 2143. Ano 42. No. 50. P.134-141. São Paulo: Editora Abril, 16 de dezembro de 2009.

GUNN, L. *Rumo a Copenhague*. Entrevista concedida ao Instituto Humanitas Unisino, on line. 31-8-2009. In www.ibase.org.br. Acesso em 9/9/2009.

LAL, N. *Acirrada disputa Norte-Sul sobre Mudança Climática*. Salas Temáticas: Mudanças Climáticas. In www.mercadoetico.terra.com.br. 6-10-2009. Acesso em 7-10-2009.

LIGTERINGEN, E. Entrevista concedida para a Rede Ethos de Jornalistas com Ernst Ligteringen- CEO da GRI. 26/04/2007. In www.ethos.org.br. Acessado em 21/06/2007.

MAXWELL, K. *O Império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. Tradução Isaura Teixeira Motta. Companhia das Letras. São Paulo. São Paulo, 2006.

PEIXOTO, P. *O Património Mundial como fundamento de uma comunidade urbana e como recurso das indústrias culturais urbanas*. Revista Crítica de Ciências Sociais. CES. Universidade de Coimbra. 2002.

PEREIRA, A. C. *Para uma Europa com futuro, a imigração “é uma necessidade” e não um fardo*. Mundo. Jornal PUBLICO 20 anos. Sexta feira, 22 de janeiro de 2010, ano XX, no. 7232. P. 16. 22 de janeiro de 2010.

PUREZA, J. M. *Para uma cultura da Paz*. Quarteto. Coimbra. Portugal, 2001.

_____ *Globalização e direito Internacional: da boa vizinhança ao patrimônio comum da humanidade.* Revista Crítica de Ciências Sociais. CES. Universidade de Coimbra. No. 36. P.9-26, fevereiro de 1993.

RICO, E. de M. *A Responsabilidade Social e o Estado: Exigências para o Desenvolvimento Sustentável.* Projeto de Pós-Doutoramento apresentado ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. PUCSP- São Paulo, outubro de 2008.

RODRIGUES, D. C. da S. *O projeto ético-político do Serviço Social na Responsabilidade Social Empresarial.* Orientadora: Prof^ª Dr^ª Elizabeth de Melo Rico. Trabalho de Iniciação Científica. Relatório Final de Atividades. Faculdade de Serviço Social - PUCSP. São Paulo: PUCSP - 2006.

SANTOS, M. J. N. (coord.) *Responsabilidade Social nas PME: Casos em Portugal.* Editora RH. 1ª Edição, Lisboa, Portugal, 2006.

SEABRA, M. et. al. *Responsabilidade Social da Empresa- O caso NOVA DELTA.* IN Responsabilidade Social das Organizações- Perspectivas de Investigação. SEABRA, Miguel e RODRIGUES, Jorge. (orgs.) Edições Pedagogo. Mangualde. Portugal, setembro de 2008.

